

O PRIVADO E O PÚBLICO COMO ESPAÇOS DE ATUAÇÃO E SEGREGAÇÃO: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL FEMININA PELA ÓTICA DE DOIS JORNAIS MINEIROS NAS DÉCADAS DE 1930 E 1960

Amanda Diniz Ferreira

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG, Brasil

Este estudo tem como proposta investigar a presença e a atuação das mulheres na esfera pública, através da análise das representações femininas nos periódicos mineiros *Estado de Minas* e *Diário da Tarde* nas décadas de 1930 e 1960. Utilizando-se de uma reflexão histórica e sociológica sobre a educação feminina e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o estudo evidencia as transformações e permanências na representação feminina ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que desvela as sutilezas do discurso midiático, que ora legitimava, ora contestava a inserção feminina no espaço público. Busca-se iluminar as vozes femininas emergentes na administração pública, bem como os silêncios que frequentemente as circundavam, contribuindo para uma compreensão mais ampla e profunda das dinâmicas de gênero na política e na administração pública brasileiras. Ademais, a pesquisa suscita fortes reflexões sobre os estereótipos propagados e os padrões ainda enraizados em nossa sociedade, sublinhando a imperiosa necessidade de promover reformas e implementar processos que desafiem e desconstituam esses discursos assimétricos e perpetuadores da desigualdade de gênero.

Palavras-chave: representação feminina; administração pública; assimetria de gênero; estereótipos de gênero.

LO PRIVADO Y LO PÚBLICO COMO ESPACIOS DE ACCIÓN Y SEGREGACIÓN: UN ANÁLISIS DE LA TRAYECTORIA PROFESIONAL FEMENINA DESDE LA PERSPECTIVA DE DOS PERIÓDICOS DE MINAS GERAIS EN LAS DÉCADAS DE 1930 Y 1960

Este artículo tiene como objetivo investigar la presencia y el desempeño de las mujeres en la Administración Pública a partir del análisis de la representación femenina en los periódicos mineros Estado de Minas y Diário da Tarde en las décadas de 1930 y 1960. A través de una reflexión histórica y sociológica sobre la inclusión de las mujeres en la esfera pública, el estudio destaca las transformaciones y continuidades de la representación femenina a lo largo del tiempo, al tiempo que revela las sutilezas del discurso mediático, que a veces legitima y a veces cuestiona la inclusión femenina en el espacio público. El objetivo es arrojar luz sobre las voces femeninas emergentes en la administración pública, así como sobre los silencios que a menudo las rodeaban, contribuyendo a una comprensión más amplia y profunda de la dinámica de género en la política y la Administración Pública brasileñas. Además, la investigación plantea reflexiones sobre los estereotipos propagados y los patrones aún arraigados en nuestra sociedad, destacando la urgente necesidad de promover reformas e implementar procesos que cuestionen y deconstruyan estos discursos asimétricos que perpetúan la desigualdad de género.

Palabras clave: representación femenina; administración pública; asimetría de género; estereotipos de género.

THE PRIVATE AND THE PUBLIC AS SPACES OF ACTION AND SEGREGATION: AN ANALYSIS OF WOMEN'S PROFESSIONAL TRAJECTORIES FROM THE PERSPECTIVE OF TWO NEWSPAPERS FROM MINAS GERAIS IN THE 1930S AND 1960S

This article aims to investigate the presence and performance of women in Public Administration by analyzing female representation in the Minas Gerais newspapers *Estado de Minas* and *Diário da Tarde* in the 1930s and 1960s. Through a historical and sociological reflection on the inclusion of women in the public sphere, the study highlights the transformations and continuities of female representation over time, while also revealing the subtleties of media discourse, which sometimes legitimized and sometimes contested female inclusion in the public space. The objective is to shed light on the emerging female voices in public administration, as well as the silences that often surrounded them, contributing to a broader and deeper understanding of gender dynamics in Brazilian politics and Public Administration. In addition, the research raises reflections on the stereotypes propagated and the patterns still rooted in our society, highlighting the urgent need to promote reforms and implement processes that challenge and deconstruct these asymmetrical discourses that perpetuate gender inequality.

Keywords: female representation; public administration; gender asymmetry; gender stereotypes.

1. INTRODUÇÃO

Desde a filosofia iluminista até as teorias evolucionistas e positivistas, perpetuaram-se discursos segregadores que relegaram as mulheres ao domínio privado. Auguste Comte, o filósofo considerado fundador da Sociologia, afirmava em sua obra *Catecismo positivista*: “Toda mulher deve, pois, ser cuidadosamente preservada do trabalho exterior, a fim de poder preencher dignamente sua santa e natural missão. Voluntariamente encerrada no santuário doméstico, a mulher aí promove livremente o aperfeiçoamento moral de seu esposo e de seus filhos, cujas justas homenagens ela aí dignamente recebe” (2000, p. 278). Essa visão, amplamente difundida no século 19, refletia um consenso tanto religioso quanto científico sobre o papel das mulheres na sociedade, perpetuando uma divisão de funções que lhes atribuía as tarefas domésticas e o cuidado familiar.

Apesar das transformações sociais e políticas ao longo dos séculos 19 e 20, a medicina e outras ciências sociais continuaram a difundir ideologias que sustentavam a assimetria de gênero, e o domínio privado do lar manteve-se como o principal lugar de atuação feminino. Mesmo nos dias atuais, resquícios desses discursos persistem, dificultando a plena inserção das mulheres na esfera pública e nos altos escalões do poder. A naturalização das funções educacionais femininas, centradas no espaço privado do lar e na valorização da maternidade, e a dificuldade de mulheres ascenderem a posições de liderança no espaço público, têm raízes profundas nos discursos e padrões assimétricos de gênero disseminados no passado. Portanto, compreender a gênese desses discursos, e os veículos que os perpetuaram, é essencial para desvelar as bases da desigualdade de gênero que persiste até hoje.

Este estudo busca analisar a presença e atuação das mulheres na administração pública, e sua representação em duas mídias impressas mineiras nas décadas de 1930 e 1960, o jornal *Estado de Minas* e o *Diário da Tarde*, pontuando também, a propagação de estereótipos e padrões assimétricos de gênero e sua influência na sociedade mineira. Ao analisar as representações femininas nos jornais, pretende-se além de refletir historicamente sobre a inserção feminina no mercado de trabalho, no serviço público e nos cargos de alto escalão da administração pública, revelar as nuances do discurso midiático, que ora legitimava e ora contestava a presença das mulheres no espaço público. A investigação dos discursos midiáticos, notadamente em veículos de grande circulação em Minas Gerais, como o *Estado de Minas* e o *Diário da Tarde*, é fundamental para compreendermos o papel histórico e social da imprensa como difusora e consolidadora de padrões assimétricos. A reflexão sobre a propagação destes discursos também é de grande valia para entender o quadro da educação brasileira nos séculos 20 e 21, e porque até os dias de hoje, ainda existem grandes diferenças na proporção de mulheres e homens em determinadas áreas de ensino e de atuação profissional.

O professorado, classe de grande relevância histórica na atuação trabalhista feminina para o Estado, ganhou um espaço exclusivo de discussão. Tal discussão se mostrou necessária por ter sido esta uma das raras profissões femininas aceitas e bem vistas durante o século 19 e boa parte do século 20. Bem como, a única capaz de realizar uma considerável intermediação entre as mulheres e o meio público.

As décadas escolhidas para análise não foram aleatórias; cada uma delas marca períodos significativos para a mulher na política brasileira. A década de 1930, com a Revolução de 1930 e a criação do Estado Novo, trouxe mudanças profundas na estrutura do Estado e na participação política, principalmente em 1934 com o início do voto feminino. Na década de 1960, antes da Ditadura Militar ser instaurada em 1964, foi observado o ano de 1960, que após três eleições democráticas entre as ditaduras de Vargas (1945, 1950 e 1955) representava a consolidação do voto feminino.

A pesquisa principal, realizada em grande parte durante o desenvolvimento de um mestrado na área das Ciências Sociais, envolveu a análise qualitativa de periódicos disponibilizados na Biblioteca Pública de Belo Horizonte. Nos anos 1934 e 1960 foram examinados 24 exemplares de cada um dos jornais em cada um dos anos escolhidos. As edições selecionadas foram aquelas publicadas em datas próximas às eleições, abrangendo um período de duas semanas antes e duas semanas após o pleito, totalizando 48 exemplares por ano e 96 exemplares ao todo.

Através da análise das representações midiáticas femininas nas épocas definidas, este estudo poderá proporcionar uma compreensão mais ampla sobre os processos históricos relacionados às dinâmicas de gênero na política e na administração pública brasileira. Levantando também, reflexões acerca dos padrões e estereótipos ainda enraizados em nossa sociedade, e sublinhando a necessidade de promover melhorias e implementar processos que combatam esses discursos assimétricos perpetuadores de desigualdades de gênero.

2. O PÚBLICO E O PRIVADO

A história das relações entre feminino e masculino pode ser observada através de inúmeras lentes reflexivas, uma delas, de grande importância, seria a divisão de espaços de atuação. Como salienta a filósofa política Okin (2008), a divisão entre os espaços público e privado, que remonta à Grécia Antiga, foi amplamente difundida ao longo da Idade Média, sendo perpetuada como um elemento central na configuração dos papéis de gênero. De acordo com Habermas (1984), o conceito de *oikos*, que denota o espaço doméstico, constituía a base da organização social, onde as mulheres eram relegadas ao controle e domínio do chefe da família, afastando-as da esfera política e pública, reservada aos homens. Esse confinamento feminino não apenas configurava o espaço privado doméstico como seu lugar 'natural', mas também definia as expectativas sociais e culturais sobre o papel das mulheres na sociedade.

Como argumenta Michelle Perrot (2011), o pensamento de filósofos como Pitágoras e Rousseau reforçava a ideia de que o espaço público era incompatível com a natureza feminina, considerando o confinamento como uma virtude e atribuindo à mulher a responsabilidade de zelar pelo lar e pela moralidade familiar. A doutrina cristã, em consonância, consolidou esse padrão ao associar a figura feminina ao pecado, como se observa na narrativa bíblica de Eva e o pecado original, e posteriormente na demonização da mulher durante o período da Inquisição (Nogueira, 1991).

“No Antigo Testamento, há o seguinte trecho no Eclesiástico: “Toda a malícia é leve comparada com a malícia de uma mulher” (25-26). Para autores como Nogueira (1991), essa associação fomentou a concepção de uma predisposição inata da mulher ao mal, o que deu ensejo ao desenvolvimento de uma pedagogia do medo, destinada a conter e reprimir qualquer expressão de poder feminino. A demonização da mulher, simbolizada na figura de Eva, foi contraposta pela exaltação da castidade e ‘pureza’ feminina, através do culto à Virgem Maria. Reafirmando assim, a associação da mulher pura ao espaço privado e doméstico, e utilizando a reclusão como um mecanismo de contenção de suposta inclinação feminina ao pecado.

De acordo com Muraro (2000), a partir da intervenção da ortodoxia cristã, consolidaram-se elementos que, no imaginário coletivo, promoveram a aversão ao feminino, justificando a sistemática perseguição às mulheres na Europa. Conforme argumenta Federici (2019), a demonização da mulher atingiu seu ápice com a caça às bruxas, um fenômeno de repressão feminina que se consolidou a partir do século 16. Como salienta o autor, a figura da bruxa não representava apenas uma ameaça espiritual, mas também política e econômica, pois mulheres que ousavam romper com os padrões de submissão e reclusão eram vistas como perigosas à manutenção da ordem. Desta forma, a caça às bruxas simbolizou o controle sobre os corpos e a autonomia feminina, punindo qualquer transgressão à norma sexual e ao domínio estatal sobre a procriação.

Autores como Georges Duby (2011) enfatizam o quanto as mulheres foram silenciadas e inferiorizadas na Idade Média, a ponto de o período ser por ele denominado como “Idade dos Homens”. A total subordinação das mulheres às vontades masculinas perpetuou-se como uma constante, e o próprio conhecimento que chegou até nós acerca dessa época e da condição feminina é, em grande medida, derivado de narrativas masculinas, o que revela a hegemonia patriarcal na construção histórica, marginalizando a presença e contribuição feminina.

No contexto do Iluminismo, as ideias que exaltavam a razão em detrimento da religião, embora tenham trazido avanços para o pensamento ocidental, não resultaram em maior emancipação para as mulheres. Pelo contrário, reforçaram a ideia de que a razão era uma característica intrínseca ao homem, enquanto a mulher deveria permanecer subjugada aos domínios do lar, reservada ao papel de mãe e cuidadora. Jean-Jacques Rousseau, um dos principais expoentes do Iluminismo, defendia que a desigualdade entre os sexos não era fruto de preconceito ou convenção social,

mas da própria natureza racional do homem e da inclinação feminina para o cuidado doméstico, excluindo-as, assim, da cidadania plena e da educação formal em condições de igualdade com os homens (Rousseau, 1999).

Na esteira dessas ideias, os ideais de “Igualdade, Liberdade e Fraternidade” propagados pela Revolução Francesa também não se estendiam às mulheres, que foram excluídas dos direitos políticos pela Constituição de 1791. Essa exclusão reiterava a crença de que o lugar da mulher deveria ser restrito ao espaço privado, cenário legitimado tanto pela filosofia iluminista quanto pelas posteriores correntes científicas do século 19.

Auguste Comte, o filósofo considerado por muitos fundador da Sociologia, em sua obra *Catecismo positivista*, argumentava que a mulher deveria ser preservada das atividades exteriores e, voluntariamente, confinada ao “santuário doméstico”, onde cumpriria sua “santa e natural missão” de zelar pela moralidade do esposo e dos filhos (Comte, 2000). Essa visão, amplamente difundida no século 19, refletia um consenso tanto religioso quanto científico sobre o papel das mulheres na sociedade, perpetuando uma divisão de funções que lhes atribuía as tarefas domésticas e o cuidado familiar.

Ao transpor essa discussão para o Brasil Colônia e Império, constatamos que, embora algumas vertentes historiográficas revelem a significativa presença feminina em diversos setores além do ambiente doméstico, as divisões de gênero nos espaços de atuação reiteravam padrões observados em outras regiões do globo. No geral, o domínio feminino permanecia circunscrito ao ambiente doméstico e as atividades maternas, enquanto o masculino se expandia para o espaço público, externo e social. Essa segregação impõe desafios à análise da trajetória das mulheres desse período, pois os registros de suas atuações fora do ambiente doméstico são escassos e limitados.

Luciano Figueiredo (1993) oferece uma valiosa contribuição ao destacar o papel social e econômico desempenhado pelas mulheres no Brasil do século 18, evidenciando que, em muitos casos, suas atividades extrapolavam os limites do lar. Ele revela a presença feminina nas minas, no comércio de vendas, além de seu envolvimento em atividades tradicionalmente associadas à alimentação. Essas ocupações não apenas conferiam às mulheres uma fonte de renda própria, mas também lhes proporcionavam uma margem de autonomia. A prostituição e o comércio ambulante, por exemplo, surgiam como estratégias de complementação de renda ou de sobrevivência, demonstrando que, longe de depender exclusivamente dos maridos, muitas mulheres se posicionavam ativamente na esfera econômica.

Figueiredo (1993) ainda ressalta em seus estudos que essa dinâmica permitia às mulheres certa liberdade de ação dentro da vida conjugal, desconstruindo a visão simplista que restringe as mulheres da elite à acomodação passiva nas casas-grandes ou que reduz as mulheres pobres à subordinação absoluta. Essa leitura amplia nossa compreensão sobre o papel feminino na América Portuguesa, mostrando a existência de fissuras nas estruturas patriarcais, mesmo que tais liberdades

fossem mais frequentes entre as classes populares. Assim, o autor nos instiga a repensar o lugar da mulher nessa sociedade, evidenciando a complexidade de suas experiências e os espaços que elas conseguiram conquistar, mesmo sob um regime de rígida dominação patriarcal.

Pesquisadoras como Ribeiro (2000) e Stamatto (2002) ao examinarem a atuação feminina e se debruçarem sobre o âmbito educacional, apontam que nesse cenário as possibilidades femininas eram bastante restritas. Como explicam as autoras, no Brasil Colônia a educação estava sob a responsabilidade da Igreja, principalmente dos jesuítas, e era atividade limitada aos homens brancos e ricos. As mulheres, com exceção das provenientes de famílias abastadas que recebiam educação específica em casa, não frequentavam escolas nem aprendiam a ler e escrever. A educação feminina, quando disponibilizada, era restringida ao ambiente privado doméstico, limitando-se a preparar as futuras mães e esposas para o desempenho de tais funções.

Conforme aponta Ribeiro (2000), os indígenas brasileiros, ao reconhecerem a injustiça na exclusão de suas filhas da educação formal, solicitaram ao Pe. Manoel da Nóbrega que as meninas também pudessem ter acesso ao ensino de leitura e escrita. Tal demanda levou o jesuíta a enviar uma carta à Rainha de Portugal, solicitando autorização para que as moças fossem admitidas. Argumentava-se que, sendo a participação feminina mais assídua nos cursos de catecismo, era legítimo que elas também recebessem educação formal. Contudo, Dona Catarina, Rainha de Portugal, rejeitou o pedido, justificando-se pelo temor das “consequências nefastas” que a educação das mulheres indígenas poderia trazer.

Ainda de acordo com os estudos de Ribeiro (2000), no próprio contexto português do século 16, não havia escolas para meninas, sendo a educação feminina restrita ao ambiente doméstico, e a maioria das mulheres permanecia analfabeta, com a leitura limitada a textos religiosos. Assim, no período colonial, o acesso das mulheres à educação foi severamente restrito, limitando-se, em alguns casos, à instrução doméstica por preceptores ou à formação religiosa em conventos.

Como salienta Stamatto(2002), a situação da educação feminina começou a mudar com a implementação das Reformas Pombalinas, a partir de 1755, quando o governo português decidiu instituir o ensino público para mulheres. Esse movimento marcou o início da educação feminina institucionalizada no Brasil. Contudo, essa educação ainda era muito diferente daquela destinada aos homens. As escolas femininas tinham currículos distintos, focados em habilidades domésticas e comportamentais, refletindo a visão da época sobre o papel da mulher na sociedade.

Com a chegada das escolas protestantes mistas após 1870, o domínio católico sobre a educação foi desafiado, proporcionando mais oportunidades para a formação de mulheres e aumentando a demanda por professoras. Como argumenta Louro (1997), a proclamação da República no Brasil trouxe novos discursos sobre modernização, progresso, formação de cidadãos e cuidado familiar, reforçados pela emergente Psicologia. Esses discursos enfatizavam a importância da dinâmica familiar e do amor materno para o desenvolvimento físico e emocional das crianças.

Assim, o trabalho das mulheres nas escolas seria atividade que se alinhava com a ideia de que atributos femininos, como o cuidado, a paciência, e o carinho, eram essenciais para a educação infantil.

Ainda de acordo com Stamatto (2002), à necessidade de profissionais na área da educação, somou-se a consolidação de um discurso que atribuía à mulher uma vocação natural para o ensino infantil. Tal narrativa foi reforçada por médicos, pais, clérigos e governantes, que viam nas mulheres uma predisposição inata à ternura e ao cuidado, qualidades consideradas essenciais para o magistério. No Congresso Internacional de Educação, realizado em Paris em 1889, do qual o Brasil participou com representantes, discutiu-se o papel das mulheres no ensino, chegando-se ao consenso de que a aptidão feminina para o trabalho com crianças era inquestionável. Assim, o envolvimento feminino nas escolas alinhava-se ao discurso social da época, que associava ao gênero feminino atributos tidos como indispensáveis à educação infantil.

Além disso, razões políticas e econômicas sustentavam a crescente participação feminina no magistério: as professoras recebiam salários menores, o que permitia ao governo expandir a educação sem aumentar significativamente os custos. A contratação de mulheres professoras era vista como uma solução prática para o progresso educacional, pois as mulheres, ao contrário dos homens, supostamente aceitavam salários mais baixos devido à sua “vocação natural” (Melnikoff, 2014).

É necessário frisar que, em outros setores, o trabalho da mulher também crescia: a industrialização aos poucos se intensificava e o mercado de trabalho abria as portas para os imigrantes europeus, bem como para as mulheres e crianças, que recebiam salários menores e habitualmente tinham uma jornada de trabalho mais longa. Como afirma Teles (1993), a maioria da força de trabalho feminino nas fábricas encontrava-se nas indústrias têxteis, que contratavam mulheres como costureiras e tecelãs.

O trabalho das mulheres nestes setores, entretanto, era visto como degradante e inapropriado, e, portanto, reservado às mulheres solteiras, viúvas e separadas, ou às mulheres casadas pertencentes a famílias de baixa renda, as quais necessitavam pagar as contas da casa em auxílio ao marido. De acordo com Perrot, 2010, nesse contexto, o advento da máquina de costura ofereceu uma solução adaptada à mentalidade da época, permitindo às mulheres uma forma de contribuir economicamente sem comprometer sua honra ou reputação, que seriam supostamente manchadas pela exposição pública nas ruas ou nas fábricas. Trabalhar dentro de casa, em conformidade com as convenções sociais, proporcionava um duplo benefício: as mulheres podiam gerar uma renda adicional, e esse labor, por não ser formalmente reconhecido como “trabalho”, as excluía da concorrência direta com os homens pelos postos nas indústrias.

As funções de ensino, que raramente demandavam dedicação integral, também permitiam às mulheres conciliar sua atuação profissional com a permanência no ambiente doméstico. Esse

cenário consolidou a ideia de que o magistério, sobretudo no nível primário, era a ocupação mais adequada ao sexo feminino, destacando qualidades associadas à natureza da mulher, como o cuidado e a paciência. Almeida (1998) destaca que a educação destinada às meninas e moças deveria ser conduzida de modo a garantir que “o lar e o bem-estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução”. Assim, a formação das mulheres para o exercício do magistério não apenas proporcionaria um retorno positivo à sociedade, mas também reforçaria a hierarquia masculina no seio familiar e nos âmbitos sociais, preservando a hegemonia patriarcal ao atribuir à mulher o papel de suporte e cuidado, sem comprometer a primazia masculina nos espaços de poder.

Como destaca Louro (2009), os salários destas mulheres era visto apenas como complemento da renda familiar: caberia ao homem prover o sustento da família. Desta forma, a baixa remuneração tida como complementar, justificava-se através do simbolismo do sacrifício em prol da admirável ‘vocação’. Ser professora não rompia com o verdadeiro intuito feminino de ser mãe, esposa e dona de casa, mantendo a “feminilidade” considerada inerente às mulheres.

Consequentemente, a presença feminina nas escolas cresceu significativamente no final do século 19 e início do século 20, levando à feminização gradual do magistério (Campos, 1990). De acordo com Demartini e Antunes (1993), as mulheres já dominavam amplamente o mercado de trabalho no ensino primário por volta de 1910. E, em 1920, o censo demográfico já indicava que 72,5% do ensino primário era realizado por mulheres, enquanto os homens continuavam a prevalecer no ensino secundário, onde os salários e o prestígio eram maiores.

Conforme observa Freire (2001), o curso normal representava a etapa final da educação formal das mulheres, fornecendo-lhes não apenas uma habilitação profissional, mas também a oportunidade de expandir seu restrito universo intelectual. Além de capacitá-las para o exercício de uma profissão, os cursos normais preparavam-nas para o matrimônio, para serem mães e esposas exemplares, dotadas das virtudes domésticas exigidas.

Tais discursos convergem na construção de um arcabouço ideológico que justificava a segregação educacional entre os sexos, resultando na oferta de uma educação diferenciada para meninas e moças, profundamente marcada pela limitação de suas aspirações. Como já mencionado na Revisão de Literatura aqui apresentada, no Brasil, a historiografia aponta que, a educação feminina era vista como essencialmente instrumental, destinada a preparar as mulheres para o exercício da maternidade e para o magistério. Em um texto encontrado no Jornal *Diário da Tarde*, de 1934, observa-se um forte exemplo da segregação de conhecimento determinada aos indivíduos do sexo feminino. O texto intitulado como *Collecção Meninas e moça* trazia os seguintes dizeres:

Inúmeras são em língua portuguesa as bibliothecas para moças. Porém essas bibliothecas constam de livros para moças mais velhas, de sensibilidade e caracter perfeitamente formados. A collecção Meninas e Moça, se dirige de preferencia as

mocinhas entre nove e quinze annos, áquellas que ainda estão formando o caracter e a sensibilidade. São por consequencia livros que devem ajudar essa formação.[...] São pequenos romances cheios de suavidade, histórias simples, sem exageros de enredo, sem malicia, escriptos por escriptoras estrangeiras especializadas em escrever para essas delicadas leitoras. É a primeira vez que temos no Brasil uma collecção desse genero, formada de livros que vão do conto de fada aos romances, destinada ás mocinhas dos nossos collegios. [...] Optimas traduções de senhoras da nossa sociedade. Edições elegantes. (15 de outubro, p. 2)

Enunciados como este, veiculados nos principais meios de comunicação, ao legitimar uma educação diferenciada e inferiorizada para as mulheres, ajudaram a consolidar a dicotomia entre o público e o privado, revelando um cenário em que as expectativas sociais para a educação feminina estavam diretamente vinculadas à maternidade, ao espaço privado do lar, e à manutenção das mulheres em papéis subalternos. Como afirma Silvia Federici (2019), a educação de meninas e moças carregava em si o propósito de assegurar que as mulheres continuassem confinadas a funções que não ameaçassem a ordem patriarcal e a estrutura econômica capitalista.

3. O PROFESSORADO - A PRIMEIRA CLASSE DE FUNCIONÁRIAS PÚBLICAS DO BRASIL

Nas mídias mineiras analisadas nesta pesquisa, o magistério era representado como uma classe trabalhadora de suma importância para o desenvolvimento do Brasil, já que as professoras primárias desempenhavam o papel crucial de formadoras da base educacional. A incumbência de educar e cuidar das crianças, tradicionalmente circunscrita ao domínio materno, estendeu-se de maneira natural às professoras, conferindo-lhes um papel preeminente, e posicionando-as socialmente como as interlocutoras ideais nas discussões sobre questões educacionais. Dessa forma, as “mestras” não apenas emergiram como figuras centrais no âmbito pedagógico, mas também assumiram aos poucos a posição de mediadoras, influenciando decisões públicas relacionadas à educação primária e advogando pelas necessidades do setor educacional.

Ao examinar os exemplares do jornal *Estado de Minas*, de 1934, constatee a escassez de notícias que destacavam mulheres em papéis políticos e administrativos significativos. Entre as raras publicações onde uma figura feminina recebia destaque, uma delas referia-se a uma educadora, ilustrando a exceção em um panorama dominado por homens. Esta rara menção enaltecia uma professora cujo projeto visava resolver a problemática do desemprego no meio rural, evidenciando a relevância e o impacto potencial das contribuições femininas mesmo em um contexto de visibilidade limitada (Imagem 1).

Imagem 1 - Manchete sobre projeto apresentado pela professora Maria Aracy Lessa para desenvolvimento do ensino rural



Fonte: *Estado de Minas*, 10 de outubro de 1934, p.4

De acordo com a notícia, Maria Aracy Lessa destacou-se no cenário educacional, ao propor um projeto que visava manter os alunos rurais empregados em suas próprias comunidades,

eliminando a necessidade de migração para áreas urbanas. Sua proposta, submetida ao Secretário da Educação, incluía atividades práticas que garantiriam, ao término do curso escolar, a qualificação para o trabalho em setores como agricultura, avicultura e apicultura. O jornal, de maneira surpreendente, deu um tratamento especial ao assunto, conferindo grande relevância à figura feminina na notícia. Maria Aracy foi amplamente elogiada por suas ideias brilhantes, que entrelaçavam educação e política de maneira exemplar.

Periódicos como o *Estado de Minas*, que tradicionalmente associavam a representação feminina ao âmbito doméstico e familiar, raramente davam voz às mulheres no domínio público. Contudo, as professoras constituíam uma notável exceção a esse padrão: eram frequentemente mencionadas e suas opiniões recebiam, quase sempre, atenção e respeito. A docência, sendo uma das poucas profissões consideradas apropriadas para mulheres, permitia que as professoras atuassem como uma extensão do lar no ambiente escolar. Elas traziam para a sala de aula ensinamentos que complementavam a educação familiar das crianças. O papel da professora, imbuído de preceitos familiares de cuidado e instrução moral, as transformava em figuras quase maternais.

Dessa maneira, a importância da professora transcendia o espaço escolar, posicionando-a como uma figura feminina de relevante peso na discussão de políticas educacionais e questões públicas. Sua atuação era vista como essencial para o bem-estar educacional, conferindo-lhe um status que, de certo modo, integrava-a ao meio público, à esfera política e às decisões de interesse coletivo.

No contexto do eleitorado mineiro de 1934, a participação ativa das professoras é evidente através de manifestos publicados em diversas edições dos jornais *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, além da marcante presença em eventos em apoio ao candidato à câmara federal, Noraldino Lima. O ex-professor Noraldino Lima, que ocupava o cargo de Secretário da Educação e da Saúde, teve a candidatura a deputado vigorosamente defendida pelas mestras e pela União Cívica da Mulher Mineira. Os manifestos publicados nos periódicos pediam explicitamente votos em favor do candidato com a seguinte mensagem: “Colegas, façamos fileiras em torno do nome ilustre de Noraldino Lima, o candidato, por excelência, do professorado de Minas.” Esse apelo por parte das mestras, não apenas demonstrava a união da classe, mas também evidenciava a inclinação destas em participar ativamente dos movimentos políticos.

A atuação das professoras como “promotoras de candidatos” revela uma faceta importante da sua influência social e política. Ao se engajarem em campanhas eleitorais e promoverem candidatos alinhados com seus interesses educacionais, elas moldavam o discurso político da época, destacando a interseção entre educação e política. A presença feminina no magistério, portanto, transcendia os limites da sala de aula, posicionando as professoras como protagonistas na construção de uma sociedade educacionalmente consciente e politicamente ativa.

Todavia, as mestras continuavam atuando profissionalmente apenas na Escola Primária, e a influência que exerciam na esfera pública não as possibilitava ascender aos cargos públicos de gerência e alto escalão. Além disso, não se vislumbrava o menor sinal de interesse dessas educadoras em embrenhar-se na administração das políticas públicas. Um exemplo interessante reside no suporte prestado ao Secretário da Educação, Noraldino Lima: as mestras manifestavam-se favoráveis à ascensão de Noraldino, evidenciando a necessidade de uma figura masculina para efetivamente influir nas decisões cruciais concernentes às políticas públicas.

A não participação na liderança pública era vista por essas mulheres como uma condição natural. Um exemplo revelador surge no *Diário da Tarde*, em uma enquete publicada em 4 de outubro de 1934, destinada a descobrir em quem as pessoas votariam nas próximas eleições que ocorreriam em breve. A reportagem, que incluía diálogos sucintos entre o repórter e os transeuntes, relatava que, ao interpelar um grupo de professoras, o jornalista indagou sobre suas intenções de voto no dia 14. As professoras responderam prontamente que votariam no Sr. Francisco Negrão de Lima. Desconhecendo que a professora Margarida Praxedes, então líder da União Cívica Mineira, não figuraria como candidata, o repórter argumentou: “Mas a candidata da União Cívica Mineira espera o voto das senhoras”. Uma das professoras respondeu: “Qual nada, nós não votamos em mulher nenhuma. Era só o que faltava, a gente vota nelas a troco de quê? Para ela subir e a gente ficar como está? Nada disso. Nós votaremos nos homens, porque eles têm mais prestígio”.

A preferência manifestada pelas professoras em votar no Sr. Francisco Negrão de Lima, em detrimento das candidaturas femininas, demonstrava uma desconfiança nas capacidades femininas de liderança, e uma percepção de que a ascensão feminina aos cargos de poder público não lhes traria vantagens concretas ou melhorias tangíveis às suas próprias vidas. A postura das educadoras elucida a forte internalização das normas patriarcais da época, onde a liderança masculina era vista como mais legítima e eficaz. Além disso, tal fala revelava uma carência de conscientização sobre a importância das lutas femininas e das oportunidades que uma maior participação das mulheres nos órgãos públicos poderia proporcionar a todas as brasileiras.

Na década de 1960, o professorado continuou sendo uma profissão feminina respeitável e compatível com as responsabilidades domésticas. As mestras, imbuídas de vocação ao ensino, continuaram desempenhando um papel crucial na interseção entre mulheres e meio público, através da política educacional. Nos registros jornalísticos sobre os candidatos às eleições, há menções sobre encontros entre professoras e aspirantes a cargos governamentais no intuito de discutir propostas da educação básica. Na Imagem 2, uma foto retirada do *Jornal Diário da Tarde*, mas também veiculada no *Estado de Minas* do ano de 1960:

Imagem 2 - foto notícia “Magalhães debateu com as mestras mineiras problemas fundamentais do ensino em nosso estado”



Fonte: *Diário da Tarde*, 19 de setembro de 1960, 2ª edição, caderno 2, p.7

A imagem retrata um desses encontros entre professores primários e o candidato a governador Magalhães Pinto, na Faculdade de Filosofia da UFMG, um local frequentemente utilizado para reuniões políticas. Embora os encontros fossem abertos aos professores do sexo masculino, a presença significativa de mulheres na carreira era tão acentuada, que não havia representação masculina visível entre os presentes. As chamadas “mestras” participavam ativamente, apoiando ou criticando candidatos, discutindo propostas de melhorias na educação e na carreira do ensino primário. Na Imagem 3, veja outra notícia sobre a campanha de Magalhães:

Imagem 3 - foto notícia sobre discurso de Magalhães



Fonte: *Diário da Tarde*, 23 de setembro de 1960, 1º caderno, p. 5

Pode-se observar o engajamento político de um grupo de professoras que, na presença de Magalhães Pinto, discursavam eloquentemente sobre as propostas do candidato. Nos cartazes afixados nas paredes, destaca-se a mensagem “vote nos 3: Jânio, Milton e Magalhães”. O professorado mineiro percebia em Jânio e nos candidatos de seu partido a promessa, não apenas de erradicar a corrupção, mas também de extirpar os desvios morais. A campanha estava alicerçada na restauração dos padrões morais, e da dignidade nacional, preceitos supostamente corrompidos pelos chamados ‘tempos modernos’.

Magalhães Pinto, por sua vez, comprometia-se com a construção anual de quinhentas novas instituições de ensino primário, escolas rurais, secundárias e técnicas profissionalizantes, além de prometer melhorias nas condições das professoras aposentadas do Estado de Minas Gerais. Tais promessas angariaram o apoio fervoroso da classe educadora, que se engajou vigorosamente na campanha em prol do candidato.

Essa participação ativa no apoio político, embora significativa, reflete uma continuidade em relação ao período de 1934, quando as mulheres, inclusive as professoras, estavam predominantemente envolvidas em questões educacionais e morais, mantendo-se afastadas de outras esferas de interesse público.

4. A ATUAÇÃO FEMININA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA REPRESENTAÇÃO NOS JORNAIS MINEIROS

A participação das mulheres nos órgãos e departamentos de Estado esteve historicamente vinculada a estereótipos relacionados aos afazeres ‘femininos’. As áreas de interesse feminino eram frequentemente segregadas em nichos definidos por rígidos padrões de gênero, como família, educação, e saúde das crianças. Essa divisão em esferas de atuação reforçava a segregação nos cargos públicos, limitando a participação das mulheres às atividades e funções específicas, e enfraquecendo sua influência política administrativa.

Como já tratado, a figura do professor, central na estrutura educacional, frequentemente se transformava em um elo entre a política e a educação, sem, contudo, promover uma efetiva inserção das mulheres no cenário público mais amplo. As mulheres, enquanto educadoras, ocupavam uma posição de destaque e influência na administração pública escolar, todavia essa influência raramente se estendia além das fronteiras da educação. A influência do magistério feminino na administração pública se dava, predominantemente, através de uma preocupação quase exclusiva com a educação, sem uma busca concreta pela ampliação da presença feminina em outras esferas do poder público.

A ênfase na educação como principal campo de atuação das mulheres na administração pública perpetuava a ideia de que seus papéis deveriam ser limitados às esferas tradicionalmente

associadas ao feminino, como o cuidado e a instrução. Essa visão restritiva, ao mesmo tempo em que reconhecia a importância do trabalho educacional realizado, também contribuía para a manutenção de barreiras ideológicas que dificultavam a ascensão feminina aos cargos públicos de maior poder.

Nos periódicos observados no ano de 1934, a presença de mulheres participando e trabalhando em atividades de relevância pública, como as eleições, era muitas vezes representada pelas mídias como algo estranhamente incomum, e até mesmo, encarada com deboche e humor. Em uma reportagem publicada no jornal *Diário da Tarde*, intitulada de “As fiscais do Amor”, que tratava sobre os acontecimentos no dia do pleito, percebe-se como o jornal abordava o assunto ‘inusitado’ através de um extenso texto repleto de ironia:

UMA COUSA QUE os códigos eleitorais não previam, porque os códigos não têm amor, e só dizem o que se não deve fazer, foi a criação das fiscaes do Amor. (..) as cousas têm mudado bastante e as mulheres preferiram andar á roda das urnas, mettendo olhares e cédulas nos eleitores mais incautos e, principalmente, fiscalizando. Foi o que a reportagem apurou. Setenta por cento dos fiscaes era de mulheres (...) Ahí está porque as eleições correram calmas: porque ocorreram com Amor (...) com o seu ordeiro amor pela calma e pacifismo da República. Os homens fiscaes estão completamente desmoralizados. Na Secretaria da Educação, um fiscal e um eleitor, ambos sem a dita [presença de uma moça no caso], engalfinharam-se. Se lá estivesse uma moça sorridente fiscalizando (uma moça sorridente só póde ser fiscal de candidato solteiro) e se a moça sorridente verberasse alguém, esse alguém morreria de certo de vergonha e iria empolgar o muque a própria sombra. (15 de outubro de 1934, p. 3)

O texto retirado do periódico discute sobre a participação das mulheres como fiscais das urnas durante o pleito ocorrido no dia anterior, tratando a situação como uma anomalia curiosa, e não como um avanço significativo na inclusão feminina nos processos eleitorais. A descrição das mulheres como “fiscais do Amor” e a alegação de que a presença destas trouxe calma e pacifismo às eleições revela profundos estereótipos de gênero que associam as mulheres às qualidades emocionais e pacificadoras, em contraste com os homens, que são retratados na coluna como predispostos ao conflito. Este discurso, embora aparentemente elogioso, perpetuava a ideia de que as mulheres seriam inerentemente diferentes dos homens em termos de comportamento e influência social, relegando-as a papéis que enfatizavam sua suposta natureza pacificadora e maternal.

Todavia, a menção irônica de que “os códigos não têm amor” e que as mulheres “preferiram andar á roda das urnas, mettendo olhares e cédulas nos eleitores mais incautos e, principalmente, fiscalizando” insinua que as mulheres estavam ali não para pacificar, mas apenas para flertarem e serem vistas pelos homens, reduzindo o envolvimento em uma tarefa cívica importante a uma mera busca por atenção masculina. Este tipo de comentário não só desrespeitava as mulheres que

estavam desempenhando um papel crucial na supervisão das eleições, mas também reforçava a ideia de que as mulheres seriam meramente objetos de romance e desejo, presentes em espaços públicos para serem observadas e desejadas pelos homens.

O trecho adicional, que menciona que “uma moça bonita só pode ser fiscal de candidato solteiro”, continua levantando a mesma discussão, e sugerindo que sua presença nas urnas era motivada por razões frívolas e não por um compromisso sério com o processo eleitoral. Desta forma, o texto desvaloriza a competência profissional e a capacidade racional das mulheres, reduzindo sua contribuição a uma influência emocional, e perpetuando assim, a noção de que seriam inadequadas para a realização de tarefas que necessitassem seriedade, responsabilidade e imparcialidade.

Ao ridicularizar a presença feminina e apresentá-la como uma novidade exótica nas eleições, o texto subverte e diminui os esforços das mulheres para serem reconhecidas como participantes plenas e iguais na esfera pública. Além disso, a ironia do texto serve para reforçar a hierarquia de gênero existente, onde os homens são vistos como os agentes legítimos da política e da administração pública, enquanto as mulheres são relegadas a papéis subservientes ou acessórios.

Durante a década de 1960, as mulheres gradativamente conquistavam espaço no mercado de trabalho. Profissões ligadas à enfermagem, ao secretariado, ao comércio, entre outras, tornavam-se habituais e deixavam de ser vistas como desonrosas. Entretanto, os jornais analisados persistiam na promoção da divisão sexual das funções, mantendo a figura do “chefe de família” como o provedor. Veja, na Imagem 4, a propaganda retirada do Jornal *Estado de Minas*:

Imagem 4 - Propaganda “a Rainha da cozinha” Metalúrgica Fracalanza



Fonte: *Estado de Minas*, 5 de setembro, 1960, seção 1, p.5

Percebe-se que o estereótipo da “Rainha do Lar”, propagado pela mídia, perpetuava a associação da imagem feminina ao ambiente doméstico, relegando sua função principal aos cuidados da casa e da família, e marginalizando-a da esfera política e econômica. A disseminação desses estereótipos representava um obstáculo significativo para a conscientização das mulheres sobre a importância de suas lutas por direitos e pela sua inserção no espaço público.

No contexto das eleições de 1960, enquanto o direito político ativo ao voto feminino já estava consolidado e aceito, o direito de ser votada ainda não se encontrava plenamente efetivado. Não havia candidatas mulheres à presidência, vice-presidência, governadoria e vice-governadoria, e as principais chapas não apresentavam opções femininas para o Senado.

Assim como nos periódicos observados em 1934, em 1960 pude observar o mesmo fenômeno na governança pública mineira, onde a presença feminina era predominantemente canalizada a departamentos específicos, frequentemente designados com denominações distintas, como o “Departamento feminino do movimento ruralista”. Essa prática segregava os interesses “gerais” dos “específicos das mulheres”, confinando-as a esses departamentos, enquanto os cargos e funções públicas tradicionais eram majoritariamente ocupados por homens. Essa divisão temática perpetuava o domínio masculino nos temas políticos de maior relevância e nos altos escalões da administração pública.

Nos discursos proferidos por mulheres em comícios, percebidos nos periódicos analisados, era comum que fossem referidos como representativos “das senhoras presentes” ou “em nome das mulheres”, destacando as oradoras, frequentemente educadoras ou esposas de políticos proeminentes, como porta-vozes dos interesses femininos.

Além disso, essa divisão de atuação também se manifestava nos trabalhos de apuração eleitoral na capital. Embora muitas mulheres já participassem como mesárias e fiscais de partidos durante as eleições, a direção das apurações continuava sob o controle de agentes masculinos. Em um artigo datado de 4 de outubro de 1960, publicado no dia seguinte ao pleito, o jornal descreveu o papel desempenhado por quinze juntas apuradoras presididas por juízes de direito. Cada junta era composta por quatro membros além dos juízes, totalizando 60 membros, nenhum dos quais do sexo feminino. (*Estado de Minas*, 04 de outubro de 1960, 2ª seção, p. 8).

Essa continuidade revela uma persistência dos estereótipos de gênero e das expectativas sociais sobre o papel das mulheres na sociedade. Apesar do avanço do direito ao voto feminino e de uma maior visibilidade nas esferas públicas, as mulheres, incluindo as professoras, enfrentavam barreiras para expandir sua influência e participação para além dos temas considerados tradicionalmente femininos. Este fato era perpetuado pelas mídias impressas, que mantinham, principalmente nas propagandas, estereótipos e padrões determinantes sobre as funções femininas. Veja, nas Imagens 5 e 6, dois contrastes de representação veiculados nos jornais mineiros:

Imagem 5 - Foto ilustrativa de notícia sobre reunião do comitê dos funcionários públicos em favor de Tancredo Neves



Fonte: *Estado de Minas*, edição de 25 de setembro de 1960, seção 3, p.8

Imagem 6 - Propaganda eleitoral candidato LOTT



Fonte: *Diário da Tarde*, 15 de setembro de 1960, 2º caderno, p.3

A primeira imagem capturada mostrava uma numerosa reunião de mulheres. Conforme relatado na reportagem, o evento em favor ao candidato Tancredo Neves, contava com “centenas de servidores públicos”. Na solenidade participaram diversas oradoras destacadas pelo jornal, como Ivone Jardim Decat (cuja imagem foi registrada), Isaura Pinto Coelho Lana (Presidente do Comitê com posição efetiva na diretoria), e Maria Galdino Souto, bancária que mobilizou o apoio de seus colegas de profissão.

Embora confinadas aos tradicionais nichos considerados “femininos”, percebe-se através da imagem evidências claras da participação ativa das mulheres na esfera pública. Fato que não é evidenciado na segunda propaganda observada.

Pode-se perceber na propaganda presidencial de Lott, veiculada nos jornais *Diário da Tarde* e *Estado de Minas*, uma clara exclusão do diálogo com as mulheres trabalhadoras. As imagens e textos dirigidos aos funcionários públicos do Brasil ignoram completamente a presença feminina, embora as mulheres já ocupassem esses cargos de forma habitual em 1960. Enquanto a participação das mulheres na esfera pública crescia, as representações continuavam a reforçar estereótipos retrógrados que limitavam sua imagem ao ambiente doméstico.

A representação dos trabalhadores nas propagandas focava exclusivamente no sexo masculino, excluindo as numerosas trabalhadoras brasileiras da visibilidade pública. Paralelamente, a representação do ambiente doméstico era estritamente associada à figura feminina, como exemplificado pela propaganda “Rainha da Cozinha”, mencionada anteriormente. Neste artigo limitar-me-ei a exemplificar o tema discutido através destes dois exemplos, entretanto, para aquele que observa a campanha veiculada nestes periódicos por Lott na íntegra, fica claro perceber que esta acentuava ainda mais esses estereótipos. Os anúncios do candidato eram segmentados por nichos e dirigidos a grupos sociais de acordo com delimitações de papéis: «servidores públicos», «trabalhadores», «professoras», «mães».

Analisando a quantidade de propagandas veiculadas, é evidente que o candidato reconhecia a importância do voto feminino, buscando conquistar esse eleitorado. No entanto, apenas dois tipos de anúncios mencionavam explicitamente mulheres: um dirigido às “professoras” e outro às “mães”. Isso sugere que Lott limitava a atuação feminina aos papéis tradicionalmente associados às mulheres: ao cuidado e a educação, seja dos próprios filhos ou de outros.

Conforme discutido por Brito e Oliveira (1997), a representação da mulher em espaços além do doméstico estava condicionada à sua imagem no ambiente considerado naturalmente feminino — o lar. Mesmo que as mulheres estivessem engajadas em diversas esferas, suas representações continuavam a ser moldadas pela esfera primordial de atuação: a doméstica, vista como símbolo máximo do feminino. Isso se refletia na predominância da representação das professoras como classe de mulheres trabalhadoras, já que traziam uma extensão das funções maternas e do lar.

Essa persistência de representações estereotipadas não apenas limitava as oportunidades das mulheres na administração pública e na sociedade em geral, mas também reforçava uma visão restrita de seus papéis, relegando-as a esferas específicas e desconsiderando suas capacidades e contribuições em áreas mais amplas da vida pública. Veja, na Imagem 7, uma notícia sobre a primeira mulher a se tornar juíza em Minas Gerais:

Imagem 7 - Ilustração notícia sobre nomeação de Raphaela Alves Costa, a primeira mulher a se tornar Juíza em Minas Gerais



Fonte: *Estado de Minas*, 28 de setembro de 1960, 1ª seção, p. 10

Na reportagem, a ascensão de uma mulher à posição de primeira juíza do estado foi destacada como um marco significativo. O jornal atribuiu importância ao feito ao dedicar espaço para uma entrevista com a mulher em questão. Contudo, a imagem publicada junto ao artigo mostra a juíza segurando sua filha ao lado do marido, enfatizando que a conquista de Raphaela foi motivada pelo apoio familiar, especialmente do esposo e da filha.

Apesar do mérito inegável de Raphaela, sua representação na mídia não foi destacada de maneira individualizada, permanecendo associada ao papel de esposa e mãe. O texto completo do jornal também ressaltava o importante papel de Célio Costa, enfatizando como ele incentivava sua esposa durante os estudos para os concursos: “Deve seu ingresso na judicatura ao estímulo de seu esposo, que sempre a incentivava quando se preparava para submeter-se às provas do concurso.” Isso indica que o apoio de Célio foi crucial para que Raphaela conseguisse adentrar em um campo que, de outra forma, poderia não ser visto como adequado para suas atividades habituais.

A cobertura jornalística revela não apenas a necessidade do suporte familiar para a trajetória profissional de Raphaela, mas também sublinha como a anuência do marido era percebida como fundamental para suas atividades. Essa representação ressoa com discussões mais amplas sobre gênero, mostrando como, mesmo em conquistas individuais notáveis, as mulheres eram frequentemente enquadradas dentro de papéis tradicionalmente atribuídos a elas, reforçando estereótipos e limitações percebidas em suas possibilidades profissionais e sociais.

5. CONCLUSÃO

Após revisar as representações das mulheres na administração pública ao longo das décadas, é evidente que os jornais refletiram e moldaram percepções sociais significativas. Em 1934 e 1960, os relatos frequentemente associavam as mulheres a papéis restritos ao ambiente doméstico e escolar, e majoritariamente retratavam as professoras como as únicas figuras proeminentes na política, por serem fortes mediadoras entre o poder público e as necessidades no campo da educação.

As representantes femininas na administração pública apareciam predominantemente atuando dentro de nichos específicos, os chamados «departamentos femininos». Desta forma, a participação feminina na esfera pública era, em grande medida, limitada a esses contextos específicos, refletindo uma visão estereotipada de que o trabalho da mulher só poderia se adequar às questões familiares e educacionais.

Ao mesmo tempo, as propagandas e anúncios nestes periódicos demonstravam a presença da mulher associada apenas ao trabalho doméstico e ao cuidado com suas famílias, limitando, ainda mais, a imagem feminina à esfera privada do lar. Essas representações perpetuavam a concepção estereotipada de que as mulheres eram mais habilitadas a discutir sobre temas dentro de seu âmbito convencional, como a educação, a saúde dos filhos, e a gestão doméstica, em detrimento de temas relevantes sobre política, economia e administração pública em geral.

Apesar de grandemente diminuído, esse fenômeno persiste, como um fantasma que não se mostra evidentemente, mas encontra-se escondido nos padrões e articulações sociais. Ele corresponde a um desafio, tanto no Brasil quanto no mundo contemporâneo, sobre a necessidade contínua de maior inclusão e representação das mulheres em todas as esferas públicas.

Sendo a educação um dos pilares fundamentais da socialização e da formação das expectativas sociais acerca dos papéis atribuídos a homens e mulheres, a promoção e a propagação de discursos que defendiam uma educação diferenciada para o sexo feminino desempenharam um papel crucial na consolidação das dicotomias entre o “masculino” e o “feminino”. Esses discursos teriam, por sua vez, reforçado a divisão entre os domínios de atuação “público” e “privado”, contribuindo para a perpetuação de uma ordem simbólica hierárquica que consagra a posição de subordinação das mulheres, limitando sua atuação às esferas domésticas e reforçando as barreiras à sua plena inserção no espaço público.

O estudo das mídias impressas, como os jornais *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, lança luz sobre como essas ideologias de gênero foram disseminadas e naturalizadas, evidenciando a instrumentalização da educação feminina como ferramenta de controle social. Mesmo nos dias atuais, resquícios desses discursos persistem, dificultando a plena inserção das mulheres na esfera pública, nos altos escalões do poder e nas diversas áreas de atuação profissional. De acordo com a terceira edição do estudo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil* realizado pelo IBGE:

Ainda que estejam em ampla vantagem em relação ao acesso ao ensino superior de forma geral, as mulheres enfrentam barreiras em determinadas áreas do conhecimento, notadamente as mais ligadas às Ciências Exatas e à esfera da produção. O Censo da Educação Superior 2022 mostrou que as mulheres correspondiam a 60,3% dos estudantes concluintes nos cursos presenciais de graduação, sendo que nos cursos CTEM (Ciências, Tecnologias, Engenharias, Matemática e programas interdisciplinares abrangendo essas áreas), elas eram apenas 22,0% dos concluintes (CMIG 2.7). Esse percentual é inferior ao registrado 10 anos antes, em 2012, quando as mulheres representavam 23,2% dos concluintes desses cursos. A menor representatividade das mulheres ocorre entre os concluintes das áreas de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e programas interdisciplinares abrangendo essas áreas, atingindo somente 15,0%, valor também inferior ao de 2012 (17,5%). Em contrapartida, na área de Bem-Estar, que inclui cursos como Serviço Social, a participação feminina entre os concluintes atingiu seu percentual máximo de 91,0% em 2022. (2024, p.7)

Percebe-se através das pesquisas realizadas, que as escolhas profissionais femininas continuam tendenciando para áreas mais “humanas”, áreas consideradas como propícias ao sexo feminino. As mulheres têm lutado arduamente para ocupar mais espaço na política, na administração pública, e nos cargos de chefia. No entanto, essa inserção tem ocorrido de forma lenta e gradual, pois enfrenta a força ainda relevante de velhos padrões difundidos por séculos.

Desta forma, é crucial continuar desafiando os estereótipos de gênero, promovendo políticas que ampliem as oportunidades de ensino e trabalho para as mulheres, buscando, também, gerar incentivo na participação pública e na atribuição de lideranças femininas em todos os níveis e esferas de poder. Proporcionar igualdade de oportunidades é, não apenas um imperativo moral,

mas também a necessidade de fortalecer a democracia, os direitos, e assegurar uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS

- BRITO, J.; OLIVEIRA, O. **Divisão Sexual do Trabalho e Desigualdade nos Espaços de Trabalho**. In: FILHO, F.S; JARDIM S. (orgs.) *A Danação do Trabalho*, Te Corá. Rio de Janeiro. 1997.
- CAMPOS, M. C. S. S. Formação do magistério em São Paulo: do império a 1930. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.72, p.5-16, fev. 1990.
- COMTE, Augusto. **Catecismo positivista**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores).
- DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto. Unesp, 1997.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, (86), p.5–14, 1993. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/934>. Acesso em 26 de agosto de 2025. . DOI: 10.18222/cp.v23i86.934
- DUARTE, Constância Lima; CARMO, Dinorah; LUZ, Jalmelice. **Mulheres de Minas: lutas e conquistas**. Belo Horizonte: Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 2008.
- DUBY, Georges. **Idade média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. Tradução Jônatas Batista Neto. — São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- ETTEMA, J. S.; GLASSER, T. L. A íntima dependência mútua entre fato e valor. **Revista Brasileira de Ciência Política**, (6), p.249–276, 2011. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1885>. Acesso em 26 de agosto de 2025.
- FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. edição. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. de Coletivo Sycorax São Paulo: Elefante, 2019.
- FREIRE, P. Opressão, classe e gênero. In: FREIRE, A. M. A. (Org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- HEBERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LOURO, Guacira. Mulheres na Sala de Aula. In: PRIORE, M. D. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.
- FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro, José Olyrnpio; Brasília, DF, EDUMB, 1993.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, p.14-36, 1997.
- MELNIKOFF, Ricardo André Aires; MELNIKOFF, Elaine Almeida Aires. Professora, professorinha primeira profissão que legitima a mulher do século XIX. In: IV Congresso Sergipano de História &

IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE, o Cinquentenário do Golpe de 64; **Anais**. Aracaju, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 1-13, 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/628758310/Professora-professorinha-primeira-profissao-que-legitima-a-mulher-do-seculo-XIX-PDF-Free-Download>. Acesso em 26 de agosto de 2025

MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira - 1873-1932**. Dissertação (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. As companheiras de Satã: o processo de diabolização da mulher. **Espacio, Tiempo y Forma: Revista de la Facultad de Geografía e Historia**, Vol. 4, p. 9-24, 1991.

OKIN, Susan Moller. Gênero, público e o privado. **Revista de Estudos Femininos**, 2008.

PERROT, M. **História dos quartos**. Tradução: Alcida Brant. São Paulo: Paz & Terra, 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **Mulheres Educadas na Colônia**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). 500 Anos de Educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, p. 79-94, 2000.

RIBEIRO, Flavia Nizia da Fonseca. **Internet e imagem: representações de jovens universitários**. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12439/12439_1.PDF. Acesso em 26 de agosto de 2025


SOUZA, Rita de Cássia de. **“Não premiarás, não castigarás, não ralharás...”: dispositivos disciplinares em grupos escolares de Belo Horizonte (1925-1955)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06032008-112155/publico/TeseRitaCassiaSouza.pdf>. Acesso em 26 de agosto de 2025.

STAMATTO, Maria Ines. **Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil:1549-1910)**, In: História e Memória da Educação Brasileira, Natal, 2002.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Amanda Diniz Ferreira

 <https://orcid.org/0000-0001-7376-1829>

Doutoranda em Ciências Sociais e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Licenciatura em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Formação técnica em Teatro pela PUC/MG. Servidora pública federal na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). amanda_dinizf@yahoo.com.br